

Comparando o milagre econômico e as alternativas atuais

14 MAI 1984

GAZETA MERCANTIL

Economia Brasil

Claudio R. Contador (*)

Toda sociedade tem por hábito avaliar o desempenho dos governantes com base no atendimento de aspirações retratadas em indicadores de resultados. Como os objetivos dos diversos segmentos da sociedade são heterogêneos — quando não antagônicos —, é natural que surjam divergências nas opiniões sobre as administrações públicas.



Os governos seguintes a 1973 têm sido assombrados pelo mito do "milagre econômico", e aos olhos da opinião pública não podem esconder-se do exercício enganoso da comparação. De fato, desde 1980 os resultados macroeconômicos têm sido deploráveis. Enquanto o produto real cresceu em média 11% ao ano entre 1968 e 1973, houve um decréscimo médio anual de quase 3% de 1981 a 1983. A inflação atingiu a média anual de 19% no primeiro período, diante de 130% no segundo. As exportações cresceram em média 24% em 1968-73, em confronto com menos de 10% desde 1979. Enfim, no tocante aos principais indicadores macroeconômicos, os resultados favoráveis elogiam o desempenho governamental no período do milagre econômico e deploram o mais recente.

Porém, não raro, os governantes são brindados ou prejudicados por condições vigentes no início de sua administração e pelos efeitos retardados de medidas adotadas pelos antecessores. Infelizmente, para a maioria da população a competência de governos é colocada, de maneira injusta e simplória, em julgamento pela sua habilidade em explorar as condições favoráveis, contornar ou adiar as mais dolorosas e obscurecer as de efeitos perversos. E, num cenário de abertura política e ves-

peras de sucessão presidencial, os erros de julgamento são potencializados pela informação incompleta sobre os recursos e limites atuantes em cada momento, pela falta de comunicação, de confiança e de cumprimento de promessas.

Ora, o exercício de comparação do desempenho de administração só tem algum sentido se as restrições atuantes em cada governo são assemelhadas. Se a conjuntura econômica está em contínua evolução, não deve ser esquecido o legado de governos passados no tocante às expectativas e às tendências das principais variáveis econômicas. Como o período atual contrasta em todos os sentidos com o milagre econômico de 1968-73, não é possível concluir sobre a maior ou menor competência deste ou daquele governo.

Afinal, o milagre econômico só foi possível graças a um conjunto formidável de circunstâncias positivas. No "front" externo observávamos uma taxa internacional de juros modesta, nunca superior a 10%; uma fase de prosperidade da economia mundial, com crescimento médio do produto real de 5,4% e do volume físico do comércio de quase 16%; um baixo nível de protecionismo e um acesso fácil e barato a fontes energéticas. No cenário doméstico em 1967-68 imperavam uma brutal capacidade ociosa, acumulada em decorrência do severo programa de estabilização do Ministério Campos-Bulhões; a inflação anual de 25% com tendência decrescente, favorecida pelas expectativas otimistas; e a ausência de conflitos prolongados e reivindicações impositivas de trabalhadores e outros segmentos da sociedade. O governo soube, porém, explorar as condições benéficas, administrando a demanda agregada no sentido de reduzir o desemprego, expandir a taxa de crescimento econômico e as exporta-

ções e manter em queda a inflação.

Em oposição, o final da década de 70 foi marcado pelos ajustes dos choques do petróleo; pela taxa Libor beirando 19% ao ano; pelas principais economias industrializadas adotando políticas recessivas para reduzir a inflação média de 16% ao ano; pelo volume físico do comércio mundial em queda, já ameaçado pelo protecionismo e pelo final da benevolência dos países industrializados em relação aos países em desenvolvimento. Ao contrário do período anterior, a inflação brasileira estava em franca ascensão a partir do patamar de 70%, havia modesta capacidade ociosa no parque industrial e fortes reivindicações trabalhistas em busca da restauração do salário real,

favorecidas e estimuladas pelo processo de abertura política. De 1979 a 1983, a dívida externa assumia uma trajetória explosiva, até atingir os US\$ 100 bilhões, de hoje, e as dificuldades de sua gerência — até então camufladas pelo mito da "dívida externa bem administrada" — foram amplificadas pela retração no volume físico do comércio mundial. Se considerarmos que o volume físico das nossas exportações caiu 2,9% ao ano, em comparação com a queda média de 7% das transações físicas mundiais, a atuação do nosso comércio exterior pode ser qualificada como razoável. Todavia, ao contrário do que às vezes é alegado, as origens das dificuldades atuais não devem ser imputadas apenas às condições externas

negativas. O principal responsável pelo mau desempenho macroeconômico vigente localiza-se na incapacidade de diagnosticar os problemas e adotar a estratégia correta em tempo hábil.

Uma sucessão de erros de medidas políticas deteriorou o cenário doméstico, ao mesmo tempo que, por ironia ou por suicídio, o governo optou por uma trilha de perda gradativa dos instrumentos de política macroeconômica. A indexação severa e rígida enrijece o processo inflacionário, transfere os ajustes da demanda recessiva para as quantidades e abarca até mesmo a taxa de câmbio, tornando-a vulnerável e à mercê de mudanças aos preços relativos de importação e exportação, à valorização de moedas, etc. A adoção de

medidas irrealistas anulou completamente os efeitos positivos da maxidesvalorização de dezembro de 1979, tornando inevitável novo ajuste em 1983.

Enfim, a coerência da estratégia macroeconômica atual, ou talvez a falta desta, não parece igualar-se à do período 1968-73, porém o inegável clima de liberdade política, a possibilidade de manifestações e do livre exercício do pensamento têm permitido que a sociedade brasileira visualize todos estes problemas. As esperanças estão rejuvenescidas. Pior seria tentar afogar os problemas e a esperança com um retrocesso político.

(*) Professor do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração COPPEAD, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.